

**ATA**

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, no espaço envolvente à antiga EB1 de Castelões, na União das Freguesias de Arosa e Castelões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Paula Cristina dos Santos Oliveira, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, André Guimarães Coelho Lima e Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, atuariam os músicos Dino Freitas e Sofia Teixeira. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu a presença na sessão, enaltecendo a prestação de Dino Freitas e Sofia Teixeira e, de seguida, declarado aberta a reunião. -

De seguida, o Presidente da Câmara convidou o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Arosa e Castelões** a usar da palavra. O Presidente da Junta saudou todos os presentes e agradeceu a realização desta reunião de Câmara na União de Freguesias de Arosa e Castelões. Aproveitou para dar conta da importância da rede de saneamento se estender à totalidade de Castelões, bem como da necessidade de investir na criação de

passeios nas bermas das vias que atravessam as localidades de Arosa e Castelões. Continuou, alertando para o abandono em que se encontra a Capela de Nossa Senhora da Conceição, monumento secular, que, pelo seu estado degradado, ostentando a placa "vende-se", contrasta com a paisagem verdejante no principal acesso a Castelões. -----

De seguida, o Presidente da Câmara cumprimentou o Presidente da Junta da União das Freguesias de Arosa e Castelões, Faustino Costa, bem como os restantes elementos do Órgão Executivo presentes, o Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Arosa e Castelões, Carlos Cruz, e demais membros da Assembleia de Freguesia presentes, o Reverendo Padre Luís Manuel Peixoto Fernandes, Pároco e Presidente das Fábricas da Igreja de Santa Marinha de Arosa e S. João Baptista de Castelões, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, Dionísio Cardoso Ribeiro, o Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, o Presidente da Junta de Freguesia de Gonça, Francisco Costa e Silva, o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, Dr. Costa e Silva, o Diretor Executivo da VITRUS, Dr. Daniel Pinto, o Presidente da Direção do Clube Académico de Castelões, José Santos, o Presidente do Clube de Caçadores de Castelões, Luís Ribeiro, o Presidente da Associação Desportiva de Arosa, Jorge Silva, o representante do Agrupamento do C.N.E. de Arosa, o representante do Grupo Coral da Paróquia de Santa Marinha de Arosa, o representante do Grupo Coral da Paróquia de S. João Baptista de Castelões; o representante do Clube de BTT de Castelões, a poetisa de Arosa, Maria Amélia Fonseca Fernandes, a equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães que acompanha



e presta apoio à realização destas reuniões descentralizadas, jornalistas, amigos da União das Freguesias de Arosa e Castelões e vimeiraneses. Disse, ainda, que se considerassem todos os presentes saudados, caso tivesse omitido alguém. -----

De seguida, o Presidente da Câmara anunciou que iria ser feita uma intervenção pelo Diretor do Departamento de Obras Municipais, Eng.º Joaquim Carvalho, sobre um estudo prévio de intervenção em Arosa e Castelões destinado a valorizar os espaços verdes existentes nesta zona do concelho. Realçou a forte identidade destas localidades com Guimarães ao lembrar que no século XIX estiveram três anos sob a alçada administrativa do concelho da Póvoa de Lanhoso, tendo lutado pela desanexação e reintegração no concelho de Guimarães. -----

Tomando a palavra, o Diretor do Departamento de Obras Municipais informou que em Arosa a implementação da primeira fase da centralidade envolve a reabilitação dos balneários e do pavimento do campo de jogos com a aplicação de relva sintética e requalificação do rio Pequeno com a beneficiação de caminhos e aproveitamento da linha de água. Apresentou, ainda, o projeto de arranjo do acesso às lagoas e parque dos "Três Moinhos", na freguesia de Castelões, com uma reabilitação paisagística do espaço, com instalação de mobiliário urbano ecológico e beneficiação das margens das "charcas", possibilitando a utilização do espaço e dos espelhos de água. -----

De seguida, o Presidente da Câmara informou que a intervenção em Castelões será de pormenor, para proteção ecológica, evitando que não se danifique o que é puro e cristalino, já que o rio Ave tem ali um caudal suave mas permanente devido à existência, a montante, da Barragem das Andorinhas. Quanto à extensão da rede de saneamento disse que o plano da VIMÁGUA está

gradualmente a ser implementado em todo o concelho tendo em vista 100% de cobertura. No que respeita à Capela de Nossa Senhora da Conceição disse conhecer bem o processo negocial, reconhecendo que está a ser uma negociação difícil. Disse que estará atento a que não haja processo destrutivo da Capela de Nossa Senhora da Conceição, reconhecendo a importância da sua aquisição e recuperação mas por um preço razoável e não pelo que o proprietário aceita atualmente vender. Disse, ainda, que a União das Freguesias de Arosa e Castelões poderá contar com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para a execução de passeios com vista a dar segurança e conforto para que as pessoas possam circular pelas vias sem perigo. Relembrou a importância de preservar e manter em funcionamento o espaço onde se realiza a reunião de hoje, que considerou excecional e que deve ser qualificado e preservado. Recordou o apoio concedido recentemente ao Clube Académico de Castelões para a requalificação dos balneários, bem como a requalificação da Avenida da Igreja, demonstrando, assim, a proximidade do apoio camarário a esta zona do concelho. Por último, lembrou a importância, em séculos passados, da freguesia de Castelões, retratado por diversas casas senhoriais existentes, algumas delas preservadas com muito bom gosto, tendo felicitado as populações de Arosa e Castelões pelo asseio e arranjo dos espaços destas comunidades. -----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos Vereadores que manifestaram a intenção de intervir: -----

1. Vereador António Monteiro de Castro – Leu, em voz alta, um documento cujo teor a seguir se transcreve: “Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. Depois de concretizar reuniões de Câmara em todas as Vilas do Concelho, eis



que se deu início a um novo ciclo, agora com reuniões nas freguesias, tendo vossa excelência Senhor presidente dado prioridade à União de freguesias de Castelões e Arosa, exatamente aquelas que geograficamente se situam na zona mais periférica do território concelhio, praticamente encravadas nos concelhos vizinhos de Póvoa de Lanhoso e Fafe, um gesto que merece naturalmente o nosso aplauso. Permita-me Senhor presidente que antes de desenvolver a minha intervenção informe que o nosso colega de vereação, o Dr. André Coelho Lima, não podendo, pela primeira vez neste mandato, participar numa reunião de Câmara por compromissos inadiáveis, apresenta a todos os seus respeitosos cumprimentos. Justificar também a ausência da Dr.^a Helena Soeiro que, mais uma vez e por razões de saúde, não pode, infelizmente para todos nós, participar nos trabalhos de hoje. Começo então pela apresentação dos cumprimentos institucionais e, em primeiro lugar e desde, logo ao Sr. Presidente da Junta da União de freguesias o senhor Faustino Costa nosso anfitrião de hoje. Depois ao senhor padre Luís Peixoto Fernandes, pároco destas duas paróquias de Castelões e Arosa, portanto também presidente das respetivas fábricas da igreja, responsável pelo acompanhamento espiritual e pastoral estas duas comunidades. Cumprimentar também o Senhor António Pinheiro, presidente da "Junta de Agricultores do Regadio da Barroca", instituição sempre atenta à resolução e satisfação dos grandes anseios dos agricultores desta terra, na qual o setor primário aparece manifestamente como o mais relevante na área económica pela ausência de indústria. Cumprimento e felicitar o Clube Académico de Castelões assim como o Grupo Desportivo de Arosa pelo importante papel que têm assumido na promoção do desporto, do lazer e do bem-estar das gentes destas duas freguesias.

Cumprimentar também Os grupos corais das duas freguesias, instituições com um papel relevante na solenização e abrilhantamento dos principais eventos culturais e religiosos destas terras. Cumprimentar o Grupo de jovens "Novo Rumo" na pessoa do seu presidente o professor Luís Fontão. Cumprimentar o Agrupamento de Escuteiros de Arosa na pessoa do seu chefe de agrupamento, o senhor José Matos, que em tempos de inverno demográfico não esquece a importância dos ensinamentos e recomendações de Lord Baden Powell na formação dos jovens de hoje, os homens de amanhã. Cumprimentar todos os autarcas presentes e pessoas que nos acompanham nesta reunião descentralizada. Cumprimentar todos os colaboradores da Câmara Municipal que tornaram possível a realização desta reunião. Cumprimentar finalmente a comunicação social presente, a qual, acompanhando este esforço a todos exigido, torna possível fazer chegar aos vimaranenses a informação e um melhor conhecimento de Guimarães e das suas gentes. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, estamos certos que a realização desta reunião de Câmara de hoje, aqui, nesta União de freguesias de Castelões e Arosa, não ocorre por acaso. Constitui um gesto de solidariedade com as duas freguesias mais afastadas do centro do concelho, mais fragilizadas pois no respeitante às acessibilidades, aos equipamentos e à cobertura das infraestruturas básicas como o abastecimento de água, o saneamento e até mesmo o setor do ensino. Sabemos que seja pela sua localização, seja pela sua própria topografia não é tarefa fácil a concretização aqui de infraestruturas e equipamentos semelhantes àqueles que o município tem executado na generalidade das freguesias do concelho. E que há sempre prioridades que não podem ser perdidas de vista tendo obrigatoriamente de ter presente aspetos



como a dimensão humana, social e económica dos aglomerados populacionais. Sabendo tudo isso, não ignoramos também a importância que aspetos como a coesão territorial assumem ou devem assumir na gestão de um município. Por essa mesma razão entendemos, senhor presidente, que chegou a hora de dar a atenção que estas duas freguesias merecem, acarinhando e dando corpo a aspirações de longa data. Referimo-nos, por exemplo, à questão da pavimentação de algumas ruas que na altura do inverno se transformam em autênticos lameiros. Referimo-nos à cobertura do saneamento que continua neste princípio do século XXI a ser uma falta grave nestas terras por ter uma taxa de cobertura provavelmente inferior a vinte por cento. Referimo-nos à questão do ringue de Arosa, cuja conclusão foi apontada por alguns responsáveis da Junta como lá para o ano 2051 e cuja gestão melhor poderia ser levada a cabo por instituições ou coletividades como por exemplo a Associação Desportiva de Arosa. À concretização do parque Lazer da Pontinha, junto ao rio, o local ideal para instalação de máquinas de ginástica e nunca localizadas na zona envolvente da igreja tal como vem sendo falado. Ou o apoio assumido no respeitante à concretização da obra do regadio das águas de consortes há tantos anos desejada pela Junta dos Agricultores do Regadio da Barroca, infraestrutura importante no apoio à atividade económica por excelência aqui da região que é agricultura. Senhor presidente Senhoras e senhores vereadores, termino fazendo votos que desta reunião de Câmara descentralizada não saia apenas um melhor conhecimento destas duas freguesias, mas saia sobretudo uma maior vontade de fazer justiça estas terras por vezes tão esquecidas. Muito obrigado." -----

2. Vereador José Torcato Ribeiro - Cumprimentou o Presidente da Câmara e os Vereadores, o Presidente da Junta da União das

Freguesias de Arosa e Castelões, Faustino Costa, endereçando cumprimentos às entidades civis, religiosas, associativas e recreativas destas duas comunidades. Enalteceu a beleza natural e paisagística destas duas freguesias que têm sido vítimas de desertificação humana, considerando fazer sentido criar novos caminhos e novos interesses para que aqueles que não conhecem esta região a possam visitar. Disse ter estado recentemente nesta comunidade no sentido de auscultar as populações sobre as potencialidades ou não da agregação das freguesias de Arosa e Castelões, considerando que esta agregação foi sendo torneada, tornando-a mais suave ao nível do discurso, tendo havido a preocupação de fazer algum investimento em Castelões na medida em que a sede da União das Freguesias se situa em Arosa. Disse considerar que o investimento na freguesia que não é sede da União de Freguesias se faz para minorar o impacto que uma medida destas tem na comunidade. Quanto aos projetos apresentados, disse ter visitado a praia fluvial dos Três Moinhos que considerou ser um espaço fabuloso e onde a água se apresenta ainda cristalina. Disse lamentar que a população de Castelões apenas tenha transporte público para a sede do concelho às quintas-feiras, considerando que é preciso criar condições para que a população se identifique mais com o concelho e soluções que facilitem a mobilidade. A propósito do programa cultural "ExcentriCidade" apontou a necessidade de criar condições para que as populações mais distantes possam pontualmente deslocar-se aos equipamentos culturais do concelho. Referiu a particularidade e a especificidade de Arosa e Castelões que se apresentam como uma língua de território sendo que para aí chegar é necessário atravessar território pertencente aos Municípios de Póvoa de Lanhoso e Fafe. Disse fazer sentido investir



e preservar as zonas aprazíveis e bucólicas destas comunidades, alertando, também, para as deficiências ao nível do abastecimento de água e saneamento. -----

3. Vereador Ricardo Araújo – Cumprimentou o Presidente da Câmara e os Vereadores, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Arosa e Castelões e todos os presentes. Elogiou a iniciativa da realização das reuniões de Câmara descentralizadas por ser uma oportunidade para um contacto mais direto com as populações, resultando numa aproximação entre os responsáveis públicos e políticos e os cidadãos do nosso concelho. Disse, ainda, estar muito agradado pela realização de uma reunião de Câmara em espaço aberto. De seguida, congratulou-se com a qualidade da “Gala do Desporto 2016”, realizada no passado dia 3 de julho, no Pavilhão Multiusos, felicitando o Município, o Executivo Camarário e, particularmente, o Vice-Presidente, Amadeu Portilha, pela organização daquele evento. Reconheceu que a Gala do Desporto honra Guimarães, felicitando esta iniciativa que reconhece e valoriza os atletas e o contributo de dirigentes para a promoção e valorização do desporto. Disse ter ficado igualmente agradado com a homenagem feita aos atletas vimaranenses Dulce Félix, Rui Bragança, João Sousa e Ricardo Ribas, que vão participar nos Jogos Olímpicos. Referiu, ainda, que já após a realização da “Gala do Desporto 2016” o vimaranense José Mendes foi selecionado para participar nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016 e a atleta vimaranense Dulce Félix conquistou a medalha de prata na prova dos 10 mil metros dos Campeonatos da Europa de Atletismo, que decorrem em Amesterdão, na Holanda. Assim, disse considerar que este reconhecimento e homenagem devem ser formalizados com um Voto de Louvor a aprovar por esta Câmara Municipal já que estes atletas engrandecem Guimarães, promovem e divulgam

a prática desportiva em Guimarães e no País, pelo que fez a entrega, ao Presidente da Câmara, de um Voto de Louvor a cada um dos referidos atletas para aprovação do executivo camarário. --

4. Vereador Amadeu Portilha – Cumprimentou o Presidente da Junta da União das Freguesias de Arosa e Castelões e todos os presentes. De seguida, agradeceu a simpatia das palavras do Vereador Ricardo Araújo quanto à Gala do Desporto, sugerindo que os Votos de Louvor apresentados possam ser aprovados na próxima reunião de Câmara uma vez que poderão surgir ainda duas boas notícias para Guimarães a nível desportivo com a possível convocatória do guarda-redes vitoriano, Miguel Silva, para representar Portugal na modalidade de futebol nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e de Manuel Freitas Mendes para os Jogos Paralímpicos 2016. -----

5. Presidente da Câmara – a) – Disse concordar com a aprovação, na próxima reunião de Câmara, do Voto de Louvor aos atletas vimaranenses que estarão presentes nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e nos Jogos Paralímpicos 2016; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro disse que as águas de regadio não são competência da Câmara Municipal devendo a associação de agricultores promover uma candidatura junto do Quadro Comunitário de Apoio 20/20, tendo, contudo, demonstrado apoio da Câmara Municipal nesse sentido; **c)** – Quanto às acessibilidades a Arosa e Castelões disse que, na parte correspondente ao Município de Guimarães, o seu bom estado de conservação é bem diferenciador do dos concelhos vizinhos; **d)** - Disse que os centros cívicos de Arosa e Castelões estão à mesma dimensão, altura e qualidade que os centros cívicos de outras freguesias do concelho; **e)** – Salientou as potencialidades de Arosa e Castelões em função dos seus recursos naturais enaltecendo a



paisagem verde atravessada por recursos hídricos limpos e que vão poder ser melhor fruídos pela população; **f)** – Disse estar disponível para colaborar na organização de visitas regulares da população ao património cultural e edificado da cidade, bem como aos equipamentos de serviço; **g)** – Informou que a VIMÁGUA tem em curso uma empreitada para alargamento da rede de água na rua da Veiga, em Castelões, tendo lançado um concurso público para alargamento da rede de água na rua D. Afonso Henriques, também em Castelões. Aproveitou para referir a pouca adesão da população desta área do concelho à rede pública de água e saneamento; **h)** – Disse que o Vereador José Bastos tomou boa nota relativamente à extensão do programa cultural “ExcentriCidade” à União das Freguesias de Arosa e Castelões. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião descentralizada vai realizar-se na União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 148 a 179 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 17 de junho, das seguintes proposta: **a)** – “Abertura de procedimento concursal para cargo dirigente – designação de membros de júri”; **b)** – “Consolidação de Contas do Ano de 2015 – Município de Guimarães”; **c)** – “Certificação Legal das Contas Consolidadas do Ano de 2015”; **d)** – “Relatório da Atividade da Câmara Municipal de Guimarães”; **e)** – “Proposta de Geminação com a Cidade Montluçon – França”; **f)** – “Prémio de Direito Público e Democracia Local António Cândido Oliveira – Aprovação de Regulamento”; **g)** – “Alteração ao regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro

Histórico de Guimarães”; **h)** – “Alteração ao Contrato de Aquisição de Serviços com a VITRUS AMBIENTE, EIM, SA – Serviços de Limpeza de Edifícios – alínea a) do n.º 1 e n.º 2 da cláusula 1.ª, n.º 1 e n.º 2 da cláusula 8.ª e anexo II do contrato”; **i)** – “Contrato-programa com a Cooperativa Tempo Livre – Repartição de Encargos”; **j)** – “VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EM, SA – Proposta de Designação de Novo Fiscal Único até ao final do mandato 2013/2017”; **k)** – “VITRUS Ambiente, EM, SA – Aumento de Capital e Alteração dos Estatutos”; **l)** – “Declaração Basca – Novo Roteiro para Municípios: criar cidades produtivas, sustentáveis e resilientes para uma Europa mais inclusiva e com melhor qualidade de vida”; **m)** – “Delimitação das áreas de reabilitação urbana (ARU) para diferentes áreas territoriais do Município de Guimarães”; **n)** – “Aquisição de serviços de transporte escolar – ano letivo 2016/2017 – proposta para abertura – concurso público n.º 4/16”; **o)** – “Contratação de serviços de transporte escolar em carreira pública – ano letivo 2016/2017 (contratação excluída nos termos do n.º 1 do Código dos Contratos Públicos”; **p)** – “Freguesia de Longos – Aquisição de projetos de especialidades para adaptação do ringue de Longos em pavilhão gimnodesportivo”; **q)** – “Freguesia de Lordelo – Concessão de apoio para aquisição de equipamentos de fitness”; **r)** – “Contrato interadministrativo de delegação de competências de Selho S. Cristóvão para gestão de instalações desportivas – proposta de alteração ao contrato”; **s)** – “União de Freguesias de Serzedo e Calvos – XXIII – Grande Prémio de Atletismo de Serzedo e 7.ª Prova de Cicloturismo de Calvos – Atribuição de Apoio”; **t)** – “União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente – Cedência de Transporte”; **u)** – “Freguesia de Creixomil – Arranjos Urbanísticos da Zona



Envolvente da Igreja e casa Mortuária – Concessão de Apoio”; **v)** – “União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento”; **x)** – “Freguesia de Gondar – Requalificação e Ampliação do Cemitério – Atribuição de Subsídio”; **y)** – “Freguesia de Guardizela – Pavimentação da Rua Sub-Estradas, Rua de Soutinho e Rua Monte de Baixo”; **z)** – “Freguesia de Polvoreira – Trabalhos a executar na Rua da Herdade, Rua do Areal, Rua de S. pedro, Rua do Pinhal, Rua Ribeiro da Ponte e Rua da Malhadoura”; **aa)** – “União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2014 – Segundo Aditamento”; **bb)** – “Freguesia de Barco – Alteração do Apoio concedido no âmbito dos contratos interadministrativos de delegação de competências e contratos de atribuição de subsídio com as freguesias – ano de 2016”; **cc)** – “Freguesia de Mesão Frio – Alteração do apoio concedido no âmbito dos contratos interadministrativos de delegação de competências e contratos de atribuição de subsídio com as freguesias – ano de 2016”; **dd)** – “Freguesia de Lordelo – Instalação de iluminação pública no parque de lazer”; **ee)** – “União das Freguesias de Atães e Rendufe – Atribuição de subsídio para a construção do ringue desportivo”; **ff)** – “União das Freguesias de Atães e Rendufe – Alargamento e pavimentação da Rua Santa Maria – Atães”; **gg)** – “Alteração de trânsito na Rua João de Melo – União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão

Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS - ACADEMIA DE GINÁSTICA DESPORTIVA

- COSTA - ERROS E OMISSÕES - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de Junho de 2016, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada em epígrafe, de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - ACADEMIA DE GINÁSTICA DESPORTIVA

- COSTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de junho de 2016, que aprovou a prorrogação de prazo relativa à empreitada em epígrafe, de acordo com informação do Departamento de Obras Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

- Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Requalificação e Beneficiação de Arruamentos da Rede Viária Municipal", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 23 de junho de 2016 à empresa "Alexandra Barbosa Borges, SA", pelo preço contratual de €2.054.959,65 + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----



FREGUESIAS – FREGUESIA DE PINHEIRO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Pinheiro solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos para um almoço convívio, no dia 10 de Julho. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação dos idosos da Freguesia num almoço convívio de carácter social e, não havendo inconveniente para os serviços na disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 22 de Junho 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PENCELO – CEDÊNCIA DE AUTOCARROS – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Pencilo solicitou a colaboração do município, através da cedência de dois autocarros para efetuarem o transporte de 40 alunos da Escola EB1/JI de Pencilo e 40 adultos, ao Aeroporto Sá Carneiro, no dia 21 de Maio. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a participação dos alunos numa atividade suplementar, que visa a consagração do final do ano letivo e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 17-05-2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE BARCO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE RAIZ NO EDIFÍCIO SEDE -

Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Barco tem a sua sede num edifício que partilha com o Grupo Cultural e Recreativo de Barco. Por ocasião da passagem do 40º aniversário daquele Grupo, é presente a esta reunião de Câmara uma proposta de atribuição de subsídio ao Grupo Cultural e Recreativo de Barco para realização de obras no seu auditório nobre. Considerando que seria oportuno e desejável que, simultaneamente, fosse realizada uma intervenção na fachada do mesmo edifício, adstrita à Freguesia, recuperando-a de modo a que ambas as intervenções, complementares entre si, coincidissem no tempo, proponho a atribuição, à Freguesia de Barco, de um subsídio de €5.000,00, destinado a comparticipar nos custos de recuperação da fachada do seu edifício sede." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

URBANISMO - HUMBERLINE - ARTES DE IMPRESSÃO, LDA - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS -

Presente uma informação do diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento, que se anexa, relativa ao pedido de reconhecimento de interesse público para a empresa Humberline – Artes de Impressão, Lda., tendente a habilitar a mesma empresa a instruir o processo de regularização administrativa, nomeadamente na sua fase inicial, junto da entidade tutelar da reserva agrícola nacional, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula



Pinto, José Bastos, Paula Oliveira, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, tendo o Vice-Presidente da Câmara assumido a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À CASA DO POVO DE SERZEDELO – Presente a seguinte informação: “A Casa do Povo

de Serzedelo, com sede na rua Padre Manuel Dias Silva Salgado nº 17, freguesia de Serzedelo, através do ofício nº 71/2016, datado de 7 de junho corrente, vem solicitar a cedência de cadeiras em desuso para apetrechamento das salas de atividades das suas instalações. De acordo com informação da Divisão de Educação, existe equipamento recolhido das escolas básicas encerradas que, embora se encontre em razoável estado de conservação, não responde às atuais necessidades dos estabelecimentos de ensino, pelo que há disponibilidade de cedência de 50 cadeiras de aluno. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela instituição do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, ao qual foi atribuído o valor total de **€200,00**, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o) do artigo 33º da Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
50 cadeiras de aluno	€ 4,00	€ 200,00
Total		€ 200,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS PARA AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – Presente a

seguinte proposta: “**1.** O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, comete aos municípios atribuições e competências em matéria de educação, nomeadamente quanto às atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico (AEC). O contrato de execução n.º 204/2009, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Guimarães em 16 de setembro de 2008, definiu as condições de transferência dessas atribuições, determinando-se, na cláusula 3.ª, que o município assume a competência de implementação das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo da responsabilidade do Ministério da Educação quanto à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitação dos respetivos técnicos. **2.** De acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, consideram-se AEC no 1.º ciclo de ensino básico as atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação (artigo 7.º). De acordo com o disposto na al. b) do n.º 2 do artigo 16.º da mesma Portaria, nas situações em que não seja possível promover as AEC com os recursos do agrupamento, as entidades promotoras – neste caso, o município - procedem ao recrutamento e contratação dos respetivos profissionais. Consultadas as direções dos agrupamentos de escolas do concelho, verifica-se que, sendo ainda prematuro indicar com precisão o número exato de técnicos cujo recrutamento pelo município virá a ser necessário, não lhes será possível apresentar recursos docentes próprios para assegurar todas as AEC. De modo a garantir que os técnicos responsáveis são contratados atempadamente, prontos a iniciar funções com o início



do ano escolar, é essencial tomar desde já as medidas necessárias ao desencadear do processo de recrutamento. **3.** O recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico é imprescindível para assegurar o cumprimento de obrigações de serviço público consagradas no referido Decreto-Lei n.º 144/2008, bem como no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que aprovou os princípios orientadores da organização e gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário e na Portaria n.º 644-A/2015. Para assegurar essas necessidades, o Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, prevê a celebração pelos municípios de contratos de trabalho a termo resolutivo, que caducam necessariamente no termo do ano escolar a que respeitam. **4.** No mapa de pessoal de 2016 estão previstos 150 postos de trabalho para as funções descritas, estando a correspondente verba devidamente cabimentada pelo cabimento n.º 152/2016. A Lei do Orçamento de Estado para 2016 prevê, no seu artigo 32.º, que as autarquias locais podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, requisitos que se mostram cumpridos no Município de Guimarães. **5.** Nestes termos, propõe-se que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato a termo resolutivo, de até 150 técnicos para assegurarem as atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2016/2017, para as áreas de Atividade Física e Desportiva, Atividades Performativas (Teatro e Dança), Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Psicomotricidade, de acordo com as

necessidades identificadas pelos agrupamentos de escolas.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Em coerência com a posição que reiteradamente temos assumido, não podemos ser favoráveis à proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo de Ensino Básico, uma vez que a mesma se insere num modelo oposto àquele que defendemos. No entanto, estando cientes da intenção de que este modelo continue em vigor no próximo ano letivo, não podemos manifestarmo-nos contra a abertura do procedimento concursal para o recrutamento de técnicos para as AEC, uma vez que o mesmo é imprescindível destas atividades nos moldes em que serão promovidas. Neste enquadramento, e sempre na expectativa do superior interesse dos nossos alunos, abstemo-nos na votação deste ponto da agenda.” -----

RECURSOS HUMANOS - SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS (SIADAP 1) –

2015 – Presente a seguinte proposta: “Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aplicada à administração local por força do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, nos municípios são sujeitas a avaliação de desempenho as unidades orgânicas que dependem diretamente dos membros do órgão executivo. Cada membro do órgão executivo avalia as unidades orgânicas que superintende, sendo a avaliação expressa nas seguintes menções: Desempenho bom: se atingiu todos os objetivos, superando alguns; Desempenho satisfatório: se atingiu



todos os objetivos ou os mais relevantes; Desempenho insuficiente: se não atingiu os objetivos mais relevantes. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, compete à Câmara Municipal ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam. Nestes termos, propõe-se que sejam ratificadas as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo, conforme documento que se anexa.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA E TRAVESSA DO OUTEIRO, NA FREGUESIA DE BRITO – Presente a seguinte proposta:

“Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração de trânsito na freguesia de Brito, assinalada na planta anexa. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança local, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A

CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo

241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **DIAS FERNANDES & ANDRADE LOPES, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **71%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º



que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **DIAS FERNANDES & ANDRADE LOPES, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - REGULAMENTO DE PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL – CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DO REGULAMENTO - CONFIRMAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS MUNICIPAIS ATRIBUÍDOS ENTRE 2014 E 2015 – APROVAÇÃO DA DESPESA FISCAL PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS MUNICIPAIS ATÉ DEZEMBRO DE 2016 – Presente a seguinte informação: “A

Assembleia Municipal, em sessão de 18 de dezembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 10 do mesmo mês de dezembro, aprovou a suspensão do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal na parte que respeita à concessão de benefícios fiscais através de redução ou isenção de IMT (Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis) ou IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), com efeitos à data da sua deliberação pela Câmara e até que se verificasse ou uma eventual alteração da lei ou uma interpretação da Autoridade Tributária e Aduaneira distinta da que ao tempo era produzida e

que, de forma inequívoca, assegurasse a legalidade da atribuição daqueles benefícios fiscais no quadro jurídico em vigor. O Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), prevê, no seu art.º 195º, um aditamento ao Código Fiscal do Investimento, aditando-lhe o art.º 23º-A, com a seguinte redação: *"Benefícios fiscais municipais - 1 — Para além dos benefícios fiscais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 23.º, os órgãos municipais podem conceder isenções totais ou parciais de IMI e ou IMT para apoio a investimento realizado na área do município. 2 — A concessão de benefícios fiscais municipais é feita nos termos previstos no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.(...)"* Assim, ao abrigo desta norma legal e da clarificação que a mesma introduz no ordenamento jurídico, estão reunidas as condições para ser levantada a suspensão do aludido Regulamento na parte que respeita à concessão de benefícios fiscais através de redução ou isenção de IMT ou IMI, uma vez que ficou claro que os órgãos municipais estão legitimados para conceder as referidas isenções. Por isso propõe-se que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal uma proposta visando a cessação daquela suspensão. Por outro lado, o art.º 196º da LOE 2016 dispõe o seguinte: *"Confirmação de benefícios fiscais municipais - Até 31 de dezembro de 2016, os órgãos municipais podem confirmar benefícios fiscais subjetivos ao investimento, relativos aos anos de 2014 e 2015 e concedidos nos termos previstos na alínea d) do artigo 15.º e dos nºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis nºs 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, ou no capítulo III do Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, na redação dada pela presente lei."*



Neste contexto, submete-se à consideração superior que seja apresentada uma proposta à Câmara Municipal para que delibere propor à Assembleia Municipal a confirmação dos benefícios fiscais de redução ou isenção de IMT ou IMI, concedidos entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015, de acordo com a informação anexa, da qual faz parte um documento contendo a lista dos beneficiários e respetivos valores (**Doc. 1**). Os valores apurados para os anos de 2014 e 2015 relativamente aos benefícios fiscais acima referidos constam descritos no quadro seguinte: -----

2014 e 2015	
IMT	108.282,96 €
IMI	32.312,83 €
TOTAL	140.595,79€

Aproveita-se para informar o valor relativo à redução de 50% nas taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, concedida às empresas cujas candidaturas apresentadas foram classificadas como “Projeto Económico de Interesse Municipal – PEIM” e que outorgaram o respetivo Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais nos anos de 2014 e 2015, conforme se indica no quadro seguinte: -----

2014 e 2015	
TAXAS	277.995,92 €

Apresenta-se, também, de acordo com a previsão de concessão de benefícios fiscais para o corrente ano no âmbito do PEIM, a estimativa relativa à despesa fiscal global para o ano de 2016, conforme se indica no quadro seguinte: -----

2016	
IMT	120.000,00 €
IMI	50.000,00 €
TAXAS	100.000,00 €

Assim, resulta: 1 – Que o total da despesa fiscal com IMI e IMT, prevista restituir relativamente aos anos de 2014 e 2015, é de

€140.595,79. 2 – Que o total do valor estimado para o ano de 2016, incluindo IMT, IMI e Taxas, é de **€270.000,00.** À consideração superior.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2016/2017 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA

MATERIAL ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1º CEB – Presente a seguinte informação: “Como é de conhecimento superior, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberar em matéria de ação social escolar, designadamente no que respeita (...) a atribuição de auxílios económicos a estudantes. Nessa conformidade, e a exemplo do ano letivo anterior, o Município diligenciará, por um lado, a aquisição e distribuição dos manuais escolares destinados aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico abrangidos pela ação social escolar, e por outro, a atribuição de uma verba aos agrupamentos de escolas destinada à comparticipação de material escolar desses alunos. Assim, e tendo por base a relação de material considerada essencial ao desenvolvimento das atividades letivas em função dos conteúdos programáticos abordados em cada um dos anos de escolaridade no 1º ciclo do ensino básico (cf. relação em anexo) e os dados disponíveis na plataforma SIGA relativamente ao número de alunos abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar, os Serviços, observadas as orientações superiores, propõem a atribuição de uma verba global de €41.909,00 aos agrupamentos de escolas, conforme discriminado na tabela 1. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso do



montante acima indicado e que se destinada a apoiar um universo de 1.798 alunos abrangidos pela ação social escolar, dos quais 775 pelo escalão A e 1023 pelo escalão B. Mais informamos que na determinação do valor a atribuir apenas foram considerados os alunos do 2º ao 4º ano de escolaridade, dado que até ao momento o Ministério de Educação e Ciência ainda não se pronunciou sobre a os apoios a conceder aos alunos do 1º ano.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA DE SANTA LUZIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais da Escola de Santa Luzia solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das crianças no dia 21 de Junho à ETA de Prazins Santa Eufémia. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 14 de Junho 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola Francisco de Holanda solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de cerca de 30 alunos no dia 18 de Maio a Lisboa. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a consolidação da participação dos alunos no Concurso “A minha escola adota um museu, um palácio”, na categoria das Artes

plásticas do ensino secundário e, considerando que os mesmos ganharam o 1º prémio do e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de Maio de 2016 foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – EB1 DO SALGUEIRAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARROS – Presente a seguinte proposta. “A Escola Básica 1 Salgueiral solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte de 52 alunos, no dia 12 de Maio à Universidade do Minho - Braga. Assim, Considerando que se trata de uma deslocação de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 09 de Maio de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JUNHO DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a



Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO A ATRIBUIR À ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES, AO ABRIGO DO N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO** – Presente a seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal no passado dia 13 de junho de 2016 pela Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães (APCG), para apoio ao pagamento de taxas e encargos associados ao processo de licenciamento para algumas obras de ampliação das suas instalações, apresenta-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho), no valor de €37.258,80 euros (trinta e sete mil duzentos e cinquenta e oito euros e oitenta cêntimos). A APCG é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada em junho de 1994, que iniciou as suas atividades em 1995, com um Centro de Reabilitação para crianças e jovens portadores de Paralisia Cerebral. Com base no seu objetivo principal, criar condições para aumentar a participação de pessoas portadoras de deficiência na vida social, através da promoção de uma política de prevenção, tratamento, reabilitação e integração, a APCG foi implementando vários equipamentos e estruturas de apoio a esta população e suas famílias, possuindo atualmente três áreas de atuação, a saber, a Reabilitação, o Centro de Atividades Ocupacionais e o Lar Residencial. Para além da dedicação envolvida no tratamento destas crianças e jovens, a APCG pretende ainda

que estes sejam integrados plenamente na comunidade, para o que desenvolve inúmeras atividades enriquecedoras, como é o caso do Boccia e da Natação, disponibilizando também à comunidade local um Espaço Internet, onde promove Ações Formativas. Assim, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-

AÇÃO SOCIAL - APOIO DE FÉRIAS DESPORTIVAS PARA CRIANÇAS EM 2016 – Presente a seguinte informação: “Neste

ano de 2016 foram identificadas 36 crianças provenientes de agregados familiares com uma situação económica vulnerável que se encontram em acompanhamento pela CASFIG, para as quais se propõe a ocupação com Férias Desportivas, que incluem atividade física acompanhada e piscina. O conjunto das 36 crianças foi apresentado pela entidade acima referida no quadro das suas atividades de acompanhamento e dos seus projetos de apoio à comunidade, como a seguir se apresenta: -----

Entidade	Atividade/Projeto	N.º Crianças
CASFIG	Mataduços	13
	Coradeiras	15
	Creixomil	1
	Urgezes	3
	Monte S. Pedro	4

Face ao exposto, e podendo ser concedido a estas crianças um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio convertido em férias



desportivas, cujo valor total durante duas semanas se estima em €1.600,00 (mil e seiscentos euros), pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos, de modo a que estas crianças usufruam de uma ocupação desportiva durante esse período.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - FÉRIAS DESPORTIVAS 2016 – ALUGUER DE TRANSPORTE – Presente a seguinte informação: “Neste ano de 2016 foram identificadas 36 crianças que se encontram em acompanhamento pela CASFIG, para se ocuparem com Férias Desportivas. Tendo-se constatado que estas crianças provenientes de agregados familiares em situação económica vulnerável não têm capacidade de suportar as despesas de transporte para se deslocarem a esta atividade, disso dependendo a sua efetiva participação, e podendo o Município conceder-lhes um apoio financeiro para este fim ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio convertido em transporte, cujo valor total se estima em €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos, para estas 36 crianças, de modo a que possam frequentar as referidas atividades desportivas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – TRANSPORTE DE FAMÍLIAS EM MINI AUTOCARRO CCD – Presente a seguinte proposta: “A CASFIG solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte às famílias das novas

habitações sociais, no dia 17 de Maio. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a entrega das chaves das habitações sociais numa Cerimónia, em que a presença de todos os elementos das famílias, a que foram atribuídas foi fundamental e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 19-05-2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO PAROQUIAL DAS TAIPAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Paroquial da Taipas solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de 40 jovens no dia 20 de Maio a Vila Verde. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação dos adolescentes num encontro de jovens, onde participam várias organizações similares, com o intuito de criar valores sociais essenciais para o desenvolvimentos psicossocial dos indivíduos na fase em que estes mesmos se encontram e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 19 de maio de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**CULTURA - TRANSPORTE DE GRUPO DA CIDADE GEMINADA DE COMPIEGNE** – Presente a seguinte proposta: “A Association

de Jumelage Compiègne-Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de aproximadamente 20 pessoas nos dias 23, 25 e 26 de Junho. Considerando que se trata de uma associação da cidade geminada de Compiègne, que visa a participação nas comemorações da batalha de S. Mamede, Dia Um de Portugal e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 19-05-2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----**CULTURA – ASSOCIAÇÃO DE FOLCLORE E ETNOGRAFIA DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a

seguinte proposta: “A Associação de Folclore e Etnografia de Guimarães, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte do Grupo Folclórico das Ilhas, nos dias 26, 27, 28 e 29 de Maio. Considerando que no programa incluem visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural dado que se trata de uma oportunidade de divulgação do nosso concelho e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 01-Março 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido,

submete-se á ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

CULTURA - UTILIZAÇÃO DO CCVF PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (APESB) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR –

Presente a seguinte proposta: “Responsável pela organização 17º Encontro de Engenharia Ambiental, a realizar em Guimarães de 14 a 16 de setembro próximo, vem a Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) solicitar a cedência de diversos espaços do Centro Cultural Vila Flor (Grande Auditório e 4 salas do Palácio Vila Flor) com vista à realização do referido Encontro, sob o tema “A Engenharia Ambiental nas Cidades do Futuro”. Em razão do relevante interesse de que se reveste a realização do referido Encontro em Guimarães, a Câmara Municipal deliberou, no passado dia 25 de maio, atribuir à Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), um subsídio de €1.992,60, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização dos espaços Centro Cultural Vila Flor identificados, nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor. Sucede que, por lapso, o montante referido apenas se reportava à utilização de 4 salas do Palácio Vila Flor, pelo que se torna agora necessário complementar o subsídio então atribuído com o montante destinado ao pagamento da utilização do Grande Auditório, que importa em €6.918,75. Deste modo, e pela razão apresentada, proponho a atribuição, à Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) de um subsídio complementar de €6.918,75, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor para a realização do 17º Encontro de Engenharia Ambiental, nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas



Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - CONVÍVIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA REALIZAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO UMA HISTÓRIA DE JAZZ –

Presente a seguinte proposta: “No ano em que perfaz 25 anos, o Guimarães Jazz fixou-se definitivamente no calendário nacional e internacional dos maiores eventos de jazz realizados na Europa. Movidos pelo interesse em recuperar e divulgar a história e as histórias de se fez este Festival, uma equipa de produtores e criativos, na sua maioria residentes em Guimarães e com idades próximas da do próprio Guimarães Jazz, decidiu criar uma série que procura documentar o seu surgimento e evolução através de entrevistas a responsáveis organizativos, músicos, jornalistas ou espetadores, excertos de concertos e workshops, etc. O Prólogo da referida série documental, entretanto concluído, permite comprovar, não apenas o interesse de que se reveste, mas também a sua inquestionável qualidade e mérito artístico, que permitem antecipar o interesse que possa vir a suscitar junto de canais televisivos tendo em vista a sua exibição. Parceiro do Município na organização do Guimarães Jazz desde a sua primeira edição, o Convívio disponibiliza-se para assistir a equipa de produção na prossecução da série documental, enquadrando-a logisticamente e viabilizando a sua continuidade, necessitando contudo do apoio financeiro do Município para fazer face aos encargos decorrentes da produção. Deste modo, considerando o inquestionável interesse público de que se reveste a continuidade da série documental “Uma História de Jazz” proponho a atribuição, ao Convívio Associação Cultural, de um subsídio de €20.000,00, destinado a comparticipar nos respetivos custos de produção.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

**CULTURA - GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE BARCO –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE RAIZ NO
EDIFÍCIO SEDE** – Presente a seguinte proposta: “No ano em que

celebra 40 anos de existência e atividade ininterrupta, vem o Grupo Cultural e Recreativo de Barco solicitar apoio financeiro que lhe permita realizar obras de que o seu auditório nobre está bastante carecido, designadamente reformulação de paredes interiores, intervenção em portas exteriores, execução de todo o piso e elevação onde necessário, aplicação de revestimento em piso, revestimento de todas as paredes com isolamento acústico e térmico, reformulação do palco, instalação de tela projetante elevatória, renovação das instalações elétrica e sanitária, iluminação, sinalética, mobiliário expositor, wc e arrumos, numa intervenção cujo orçamento ascende a €45.000,00. Ora, tratando-se o auditório nobre do local por excelência onde o Grupo realiza as suas principais atividades e considerando: - a qualidade, diversidade e regularidade da programação assegurada pelo Grupo Cultural e Recreativo de Barco; - o interesse em dotar este espaço de apresentação de melhores condições técnicas, de segurança e de conforto; - a total disponibilidade que o Grupo sempre manifesta para ceder gratuitamente as suas instalações ao Município e para colaborar na divulgação das atividades que o Município ali promove; - a oportunidade de realizar esta intervenção no ano da celebração do 40º aniversário do Grupo, Proponho a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo de Barco, de um subsídio de €30.000,00, destinado a comparticipar nos custos de execução dos trabalhos acima identificados. A ser aprovado, este subsídio será pago mediante a realização de autos de medição pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO**



APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - UTILIZAÇÃO DO CCVF PELO CONSELHO EMPRESARIAL DA REGIÃO DO AVE E DO CÁVADO (CEDRAC)

- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“Vem o Conselho Empresarial da Região do Ave e do Cávado (CEDRAC), no qual a Associação Comercial e Industrial de Guimarães ocupa uma das vice-presidências, solicitar apoio do Município que lhe possibilite fazer face aos encargos de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor para lá realizar a 2ª Gala de Prémios CEDRAC, no próximo dia 19 de outubro. Em razão do interesse de que se reveste a iniciativa, que procura reconhecer as empresas da região em razão do seu dinamismo e desempenho económico, proponho a atribuição, ao Conselho Empresarial da Região do Ave e do Cávado (CEDRAC), de um subsídio de €2.306,25, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização do Grande Auditório Centro Cultural Vila Flor, para o fim mencionado, nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO MINHO - CEDÊNCIA DE DUAS CARRINHAS PARA APOIO AO 7.º BTT DHI PENHA

– Presente a seguinte proposta: “A Associação de Ciclismo do Minho solicitou a colaboração do município através da cedência de duas viaturas de caixa aberta para prestar apoio à 7ª Prova BRR DHI Penha, que se irá realizar no dia 19 de junho de 2016 na Montanha da Penha. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho datado a 31 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de

Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário a cedência das viaturas solicitadas conduzidas por trabalhadores do município habilitados com carta de condução válida para a categoria das mesmas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da secção de BTT dos B.V.G., denominados de Bike Team, no dia 15 de Agosto a Finisterra, Espanha. Considerando que, se trata da realização de uma atividade desportiva que visa a promoção da mobilidade em bicicleta, integrada na candidatura do Município ao “ Compromisso pela Bicicleta”, que vai percorrer os Caminhos de Santiago até Finisterra, promovendo o nome do nosso concelho e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21 de Maio de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

Por esta altura, o Presidente da Câmara convidou a Poetisa de Arosa, Maria Amélia Fonseca Fernandes, a recitar alguns poemas de sua autoria, elogiando a sua obra, carreira e dedicação à poesia.

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos



que se inscreveram para intervir no final da reunião.-----

1. Padre Luís Manuel Peixoto Fernandes – Agradeceu a realização desta reunião de Câmara descentralizada, bem como o apoio que tem sido concedido pela Câmara Municipal à União DAS Freguesias de Arosa e Castelões, designadamente na requalificação das zonas envolventes das respetivas igrejas. De seguida, fez o retrato social de Arosa e Castelões referindo, a propósito, a desertificação humana exemplificando que em Castelões existem apenas cerca de 100 casas habitadas, sendo que muitas delas são de pessoas que vivem na sede do concelho e procuram o bucólico desta localidade para os dias de descanso. Referiu que, tal como o Presidente da Junta da União das Freguesias de Arosa e Castelões havia mencionado, a importância da aquisição e recuperação da Capela de Nossa Senhora da Conceição, bem como da construção de uma Casa Mortuária. -----

2. António Pinheiro – Enquanto Presidente da “Junta de Agricultores do Regadio da Barroca” lembrou a importância da execução de um regadio bem como o apoio prometido, há oito anos atrás, pelo atual Presidente da Câmara enquanto Vereador responsável pelas obras municipais. -----

3. Lurdes Marques – Moradora na rua das Lameiras, da Freguesia de Polvoreira, pediu ao executivo camarário que encontrasse uma solução para acabar com os transtornos causados durante a noite naquela zona, em resultado da atividade nas oficinas gerais da Câmara Municipal de Guimarães, a funcionar há seis meses em parte das instalações da antiga “Fábrica ASA”. -----

4. Representante do Agrupamento do C.N.E. de Arosa – Começou por agradecer a realização da reunião de Câmara descentralizada tendo dado conta da atividade deste agrupamento e das iniciativas que promove com vista a receber mais crianças e

jovens. -----

4. Presidente da Câmara – Agradeceu as intervenções e esclareceu o seguinte: **a)** - Sobre a intervenção do Padre Luís Fernandes disse que a compra da Capela de Nossa Senhora da Conceição é um objetivo, quer da União de Freguesias, quer da Câmara Municipal, esclarecendo, contudo, que o preço pedido pelo proprietário não é comportável; **b)** – No que respeita à intervenção de António Pinheiro disse que, ao tempo, manifestou a intenção de apoiar uma candidatura da Junta de Agricultores para a execução de um regadio, pelo que o trabalho terá de ser conjunto, tendo manifestado a intenção de designar uma equipa técnica municipal para apoiar a referida candidatura; **c)** – Sobre a intervenção de Lurdes Marques disse lamentar que enquanto representante dos moradores da rua das Lameiras, nunca tivesse solicitado ao Presidente da Câmara uma audiência para apresentação dos problemas que afetam aqueles residentes de Polvoreira. Contudo, disse reconhecer dificuldades e situações a resolver, acrescentando que os serviços estão a trabalhar para minimizar as incidências de desassossego para os moradores. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----